



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638683 - SP (2021/0001531-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : EDUARDO HENRIQUE GONCALVES PEREIRA
ADVOGADO : EDUARDO HENRIQUE GONÇALVES PEREIRA - SP399481
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PATRICK HENRIQUE SANTOS (PRESO)
CORRÉU : LUCAS CORREIA SANTOS
CORRÉU : RENATO ANTONIO DA SILVA DUARTE
CORRÉU : RENATO SARAIVA
CORRÉU : THIAGO DE OLIVEIRA LIMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PATRICK HENRIQUE SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2259446-18.2020.8.26.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática de crimes de estelionato.

O impetrante sustenta a falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar.

Tece, em resumo, as seguintes considerações (fls. 4-9):

O acusado em nenhum momento faz ou fez do crime sua vida ou até mesmo seu meio de sustento, tendo o mesmo uma vida digna o que pode ser provado pelos seus antecedentes, seu emprego e seus familiares.

[...]

Tentar justificar a prisão preventiva afirmando que “manter o réu em liberdade seria incentivo à prática delituosa” configura-se como inaceitável antecipação de juízo de culpabilidade, com flagrante violação ao princípio constitucional da presunção de inocência. In casu, a prisão preventiva está sendo utilizada como antecipação de eventual pena o que, obviamente, é inadmissível.

[...]

Ademais insta consignar que o réu é primário, possui residência fixa e se compromete em colaborar com toda a instrução processual, dessa

forma não há que se falar em manutenção da prisão preventiva.

Requer, liminarmente, que seja concedida a liberdade provisória do paciente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor. No mérito, pugna pela confirmação da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente